Plano para centro comunitário na faixa central da Ilha

Autor(es): Brito, Aldevina; Mendonça, Lisandra Franco de
Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/44315>
DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1556-1_10
Accessed : 26-Apr-2023 14:30:02

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico
património
desenvolvimento

organização:
Walter Rossa
Nuno Lopes
Nuno Simão Gonçalves

PLANO PARA CENTRO COMUNITÁRIO NA FAIXA CENTRAL DA ILHA

Aldevina Brito
Lisandra Franco de Mendonça

Missão-encomenda previamente formulada

A faixa situada sensivelmente no centro da Ilha, definida no sentido norte sul pela extensão do edifício do hospital e compreendida no sentido este-oeste entre ambas as costas, marca a articulação entre a dita cidade de pedra e cal e o bairro de macuti. É hoje um emaranhado de ruínas, espaços residuais e informalmente apropriados públicos e privados, edifícios desaproveitados de grande potencial (a começar pelo do Hospital), mas também um espaço de reunião e encontro da comunidade local, uma espécie de fórum que carece de clarificação de usos e espaços. Pretende-se que esta oficina faça um levantamento circunstanciado de toda essa complexa realidade e proponha um ou mais cenários de reurbanização do conjunto e reabilitação das suas construções e espaços por forma a que esse caráter de centro cívico surja de forma clara.

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A construção do Hospital Civil e Militar de Moçambique, parte de uma extensa campanha de obras públicas levada a cabo em Moçambique a partir da chegada da Expedição de Obras Públicas de 1877 (Machado, 1879; Morais, 2001: 32), inseriu-se num processo de fomento das obras públicas e lógica de ocupação e exploração efetiva do território imposta pela corrida das nações europeias por África, no último quartel de Oitocentos. Esse processo acompanhou a inevitável perda de protagonismo da Cidade de Moçambique para Lourenço Marques, elevada a capital em 1898, ficando assim definitivamente arredada dos interesses que fomentaram o crescimento acelerado no sul nas décadas seguintes. Permaneceria como a imagem da ocupação do império colonial português do Antigo Regime.

O interesse do Estado Novo (1933-1974) pela propaganda da legitimidade histórica da ocupação portuguesa colocou o foco da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943-1975) nos “monumentos históricos” da colónia, dos quais as ruínas das antigas fortalezas do Zambeze, do Ibo, e as igrejas e palácios da *cidade de pedra e cal* e fortalezas da Ilha e terra firme em redor, permaneceriam como exemplos mais celebrados. Foram esses os primeiros monumentos classificados da colónia (Portaria Provincial n.º 5 093, de 3 de abril de 1943), seguindo-se o conjunto urbano da Ilha de Moçambique, sendo excluída a “zona ocupada por construções sem carácter permanente” (Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955).

LEGENDA

1. Mesquita Grande
2. Hospital de Moçambique
3. Igreja de Nossa Senhora da Saúde
4. Largo Afonso de Albuquerque/ Praça 16 de Junho
5. Mesquita das Palmeiras

Nos alvares da Guerra Colonial/de Libertação (1964-1974), o governo central mandou edificar, por entre a vegetação densa do antigo jardim e viveiro do Largo Afonso de Albuquerque, um pequeno edifício térreo de duas águas, com alpendre de acesso disposto a norte, afeto à escola primária para raparigas. A reprodução deste tipo de escolas, a partir de meados da década de 1950, procurava reformular a abrangência do ensino nas várias cidades da província. O seu desenho assentava na resolução dos problemas de adaptação climática dos edifícios, da expressão modular dos elementos estruturais e dos sistemas construtivos, apresentando, no geral, algumas características constantes, nomeadamente a implantação, alheia à orientação do tecido urbano e aos “limites do terreno orientando-se antes segundo os pontos cardeais” (Miranda, 2013: 236).

No centro do largo foi erigido (c. 1966) um monólito irregular de pedra, do escultor Helder Batista (1932-2015), com a efigie de Luís de Camões e uma dedicatória ao IV centenário da estadia do poeta na Ilha (1469-1969) na face longa virada para o oceano, e um soneto de *Os Lusíadas*, no lado curto virado a nordeste. O memorial, renomeado localmente *Pedra Sagrada* ou *Monumento Afonso de Albuquerque* e a escola primária, foram algumas das muitas obras inauguradas, em 1969, na Ilha e continente fronteiro, pelo governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa, por ocasião das Comemorações dos Centenários (ARPAC, Cx. Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos, 4).

Com a Independência, a escola, renomeada 16 de Junho, recebeu um segundo volume isolado e símile ao primeiro, de construção mais modesta, e a área em torno foi amurada. Já antes, o muro de contenção e a subida de cotas na frente marítima a este, para contrapor o desgaste provocado pela violência das marés, alterara definitivamente a relação visual entre o antigo largo (abaixo do nível do mar) e a linha de água. Desapareciam também grande parte das casuarinas usadas para fixar as dunas nesse lado da costa.

Excerto de fotografias aéreas da Ilha de Moçambique, 1974:
a) área do Hospital de Moçambique e do Largo Afonso de Albuquerque;
b) área de estudo.

Representação esquemática da evolução da ocupação na área de estudo:
1) final do século XIX;
2) meados do século XX;
3) final da década de 1960;
4) situação atual.

2. O CENTRO COMUNITÁRIO

O estudo desta *oficina* teve por base o trabalho de campo e a pesquisa histórico-social efetuada previamente e no local. Realizaram-se entrevistas a cabeças de família dos vários bairros da *cidade de macuti* e a alguns líderes espirituais da comunidade, sobre a pertinência de vários elementos dispersos existentes na área de intervenção e suas imediações (i. e., a Escola Primária 16 de Junho; o poço confinado ao logradouro de um restaurante da Praça 16 de Junho e que outrora abastecia o jardim-viveiro; vários locais de culto, nomeadamente a Mesquita Grande e a das Palmeiras e a Igreja de Nossa Senhora da Saúde), possibilidades de requalificação dos espaços e aspirações urbanas dos habitantes.

Apesar de a discussão ter privilegiado, inicialmente, o aproveitamento de alguns pavilhões desocupados do hospital para outras funções — com o serviço relegado atualmente ao nível de centro de saúde —, no seguimento dos trabalhos, e de acordo com informações recebidas, esse estudo foi abandonado. Averiguou-se que o hospital, a carecer de obras urgentes, foi objeto de um projeto de reabilitação, a cargo do Ministério da Saúde, e que a execução faseada das obras, iniciada recentemente, abrangerá o inteiro complexo. Restou-nos extrapolar que a refuncionalização parcial daquele equipamento para a instalação, por exemplo, de uma instituição académica — a conformação e a situação

geográfica do complexo são excelentes —, poderia desencadear a revitalização do ambiente urbano e social em redor. Nomeadamente, novas alternativas de subsistência consubstanciadas na criação de condições de acolhimento de universitários e visitantes.

Desde receção do trabalho da *oficina*, foi possível interagir de imediato com vários elementos da comunidade e averiguar a existência de iniciativas culturais, individuais e de grupo, pertinentes ao nosso estudo. Foi o caso da Associação dos Amigos e Naturais da Ilha de Moçambique, sediada no gaveto da Travessa do Hospital com a Avenida dos Heróis (antiga Rua 28 de Maio). Para o edifício-sede, atualmente em obras, a Associação tem prevista uma biblioteca/arquivo — orientada para a história das várias comunidades da Ilha —, a ministração de cursos e *workshops* relacionados com as várias agremiações dos seus membros (grupos culturais de tufo, ourives, pescadores, etc.) e duas acomodações para investigadores e artistas convidados. O edifício em açoteia com paredes-mestras espessas de alvenaria de pedra coralina com argamassa

de cal, sobrelevado por meio de um embasamento, tem a composição e tecnologia típicas das casas de influência indo-portuguesa comuns na Ilha: linhas simples numa planta retangular composta por várias dependências que constituíam os quartos de dormir e salas de estar e comer, e uma zona de serviço (com sanitários, cozinha e cisternas) no tardo, numa cerca de tipo pátio. A entrada principal, sobre a Avenida dos Heróis, faz-se através de um alpendre do tipo colunata e colunas de alvenaria com arestas vivas formando uma varanda larga, onde se apoia a escada de amplos corrimãos.

Para além da pertinência do programa desta associação, as obras em curso no edifício-sede permitiram à *oficina* apreciar técnicas de construção tradicionais em risco de caírem em desuso. No estaleiro, foram construídos dois tanques de queima de cal para a preparação tradicional de cal apagada/hidratada a utilizar nas argamassas e rebocos da obra; a cobertura do edifício foi refeita repondo a estrutura de troncos encastoados na espessura das paredes-mestras colocados no sentido de menor vão, sobrepostos por uma espécie de esteira de varas mais delgadas, onde se assenta areão grosso e argamassa de cal, terra arenosa e, por último, betonilha de cal e areia misturada com óleo de *murrapa*. Para além destes trabalhos, os de marceneiro e ebanista no mobiliário do edifício, têm sido executados com primor por membros da associação.

O domínio das tecnologias construtivas ancestrais e a resiliência destas artes são um património vivo de Moçambique. O conhecimento histórico-crítico desse património permite-nos enfatizar que essas práticas se traduziram na Ilha como provavelmente em nenhum outro local de Moçambique, na “mais completa síntese de culturas arquitecturais [...], no que traduz com exactidão e complexidade, sedimentação e síntese das suas estruturas sociais” (*apud* Fonseca, 1968: 48).

Além deste novo equipamento cultural situado às portas da Praça 16 de Junho, advinha-se a abertura do Centro de aprendizagem *Ozuela Wixutta*, idealizado e financiado por um privado, no Bairro de Santo António. Organizado em duas *casas de macuti* interligadas por pequenos pátios, esse espaço multiusos tem o foco nas mães do bairro e nos jovens, maioritariamente sem ocupação. O centro ministrará cursos de culinária, cerâmica, pintura, costura, etc., conciliando espetáculos de música, dança e teatro.

3. PROPOSTA

A constatação da falta de equipamentos culturais na zona levou-nos a extrapolar os limites geográficos e programáticos predefinidos para a área de estudo, e a pensar a requalificação do *centro comunitário* em estreita relação com uma potencial rede insular integrada de atividades de aprendizagem (de mesteres locais, como o da ourivesaria e da marcenaria, a costura e a cestaria; ou de formação para guias turísticos, para calceteiros); culturais (de cinema ao ar livre, teatro, dança, fotografia e folclore); de sensibilização (para temas como os do património, a reciclagem, a higiene e a saúde pública) e de negócio (com o apoio logístico a feiras, aos mercados informais e à venda de produtos tradicionais), que vá ao encontro da comunidade, de potenciais mecenas e de novos clientes (turismo e comunidade académica). A criação de uma rede deste tipo deve passar pela iniciativa de pessoas singulares e coletivas (sociedade civil, instituições de ensino e religiosas, ONGs) e a gestão conjunta do Município, do GACIM, da Direção de Cultura e Turismo e da Direção de Educação e Desenvolvimento Humano. Procurámos identificar edifícios,

por entre os muitos abandonados, subaproveitados ou em ruína espalhados pela Ilha sob a tutela do Estado ou de privados, com potencial para esta *refuncionalização*. Entre esses, contam-se o antigo Matadouro Municipal (que já foi cinema), a antiga sede e instalações desportivas do Sporting Clube de Moçambique (em ruína), a antiga sede e instalações do Grupo Desportivo de Moçambique (em ruína), o Mercado Municipal (para outras atividades num horário estendido), o Mercado Nália, o Paiol e a Escola Primária 16 de Junho (num horário pós-laboral). Para a Praça 16 de Junho, a proposta de reabilitar o jardim-viveiro apareceu associada à intenção de recuperar antigas práticas de reposição de espécies arbóreas nos espaços públicos e nos terreiros das habitações. A plantação, no jardim da praça, de variadíssimas árvores de fruto e ornamentais, criará sombra, aromas, cor e um pomar comunitário. Nos trilhos de calçada portuguesa, a manter, e sob as árvores de maior porte, pensou-se em mobiliário amovível para a venda de produtos locais, assinalando junto à *Pedra Sagrada*, em sinalética específica, a história do local.

Ao longo do limite sul da praça, esboçou-se um edifício térreo sob uma longa pala, esplanadas e vários atravessamentos, para instalar os restaurantes que ali se encontram e alguns serviços de apoio (sanitários públicos, quiosque, armazém e casa do jardineiro). Propôs-se a demolição do volume mais recente da Escola Primária 16 de Junho (transferindo essa função para o edifício da antiga escola primária situado nas imediações da praça, a sul, devidamente reabilitado e ampliado) e do muro de vedação. Ensaçou-se, nessa área, a reposição das árvores e o aproveitamento da subida suave de cotas em direção à costa este para a criação de uma espécie de anfiteatro natural, onde a população possa assistir, sentada na relva, a eventos de carácter efémero, como cinema ao ar livre, reuniões comunitárias, entre outros.

A proposta de repor as espécies arbóreas e a vegetação densa da praça abrange as ruas adjacentes, nomeadamente os carreiros de casuarinas ao longo do arruamento e das dunas da costa a este. A plantação de árvores deve seguir uma investigação sobre as espécies existentes em cada local e sua antiga proveniência (estas marcavam distintamente a paisagem, tendo os habitantes referido espécies e proveniências várias do Índico), a registar nos vários locais com sinalética própria.

Na praia a leste, no enfiamento da Travessa da Saúde, desenhou-se um pontão que arranca do sítio onde existe um pequeno largo com bancos e calçada portuguesa. Ali poderiam reagrupar-se os pequenos estabelecimentos de restauração existentes nessa frente de mar, afastando-os da Mesquita das Palmeiras (o rumor nos bares e o vestuário balnear são motivo de distúrbio durante o culto). Essa zona poderia relacionar-se diretamente com a feira bissemanal que acontece junto à Praia de Santo de António e a venda de produtos locais (capulanas, vassouras, peneiras, m'siro e caju, amendoim).

Na costa oposta, a reabilitação do Mercado de Peixe foi considerada uma prioridade dada a sua falta de condições (refrigeração, sanitários e armazém) e o facto de atrair diariamente muitos clientes. Essa atividade deveria ser melhor explorada, com um espaço de restauração, por exemplo, tirando partido do bonito largo em frente ao mercado e da exposição privilegiada a um trecho de praia. Nessa área, a norte, ao longo da Rua dos Trabalhadores, existem várias ruínas que foram ocupadas para habitação e que poderiam servir, por exemplo, para residências para docentes universitários e investigadores ou pequenas unidades de albergue.

No espaço limitado para esta apresentação, optou-se por uma síntese da investigação da *oficina*. A relevância deste intercâmbio, no entanto, passa pelo seu impacto na averiguação de boas práticas para o património da Ilha, procurando “como próprios da terra, de habitá-la” (excerto de *Os Lusíadas* entalhado na *Pedra Sagrada*, na Praça 16 de Junho), reconhecê-la e conservá-la.

LEGENDA

1 Escola Primária	5 Anfiteatro aberto	9 Pedra sagrada
2 Hospital	6 Proposta para casas Docentes	10 Mercado de Peixe
3 Área de Restauração	7 Atual Centro comunitário	11 Pontão
4 Igreja	8 Espaço de exposição	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquivo do Património Cultural/ Instituto de investigação Sociocultural, Cx. Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos, 4
- FONSECA, Pedro Quirino da (1968), “Breves notas sobre a evolução da habitação e construção em Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (4), 45-48.
- MACHADO, Joaquim José (1879), “Relatório dos trabalhos executados pela direcção das obras públicas da província de Moçambique durante o anno de 1877”, *Relatórios dos Directores de Obras Públicas e Outros Documentos 1876-81*, Primeira Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 91-131.
- MIRANDA, Elisiário (2013), *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Guimarães.
- MORAIS, João Sousa (2001), *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955. *Boletim Oficial* n.º 22, I Série, de 28 de maio de 1955. Direcção Geral de Administração Política e Civil (classifica o conjunto urbano da “cidade de pedra e cal” da Ilha de Moçambique).